



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

27/06/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Governo manda ministérios liberarem lote extra de emendas a fiéis à reforma

O governo abriu nesta quarta-feira (26) o sistema digital de vários ministérios para liberar lotes extras de emendas a deputados que aceitarem votar a favor da reforma da Previdência. Pelo acerto, confirmado pela **Folha** com vários parlamentares, serão R\$ 10 milhões a mais por congressista que apoiar o governo na comissão especial da Câmara e outros R\$ 10 milhões extras no plenário. O presidente Jair Bolsonaro sempre criticou o que chama de “toma lá dá cá” na relação com o Congresso Nacional. A abertura do sistema nos ministérios significa, tecnicamente, dar acesso remoto aos congressistas e prefeitos às rubricas específicas em que eles podem direcionar verbas do Orçamento. Esses recursos podem ser destinados a obras e investimentos em redutos eleitorais, como recapeamento de ruas, construção de quadras esportivas e creches.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 27/06/2019

Previdência - Briga com governo ameaça reforma

Uma nova briga do governo com o Congresso pode atrasar a votação da reforma da Previdência. Deputados da Comissão Especial da Câmara que analisa a proposta de mudança na aposentadoria ameaçam esvaziar a sessão marcada para hoje em represália ao ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo parlamentares, ele teria usado o termo “máquina de corrupção” para se referir ao Congresso.

O atraso na liberação de emendas parlamentares também irritou a casa. A estratégia conta com o apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e inviabiliza a leitura hoje do voto do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), relator da reforma. Parlamentares afirmam que, na noite de terça-feira, Guedes atacou o Legislativo em conversa com o governador do Ceará, Camilo Santana (PT).

Fonte: Jornal A Tribuna – 27/06/2019

Servidor homem até escapa da reforma da Previdência; mulher não

Servidores homens que ingressaram na União antes de 2003 são os principais beneficiados pelo novo texto da reforma da Previdência, o relatório do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP). Parte deles consegue escapar da reforma por causa de uma nova regra introduzida por Moreira na proposta original do governo Bolsonaro, se o novo texto for aprovado sem alterações. São especialmente favorecidos os funcionários homens que tiverem contribuído por 35 anos quando a nova lei for publicada: eles poderão usar o pedágio, uma nova regra de transição (condições alternativas à nova lei, para quem já está trabalhando).

Pelo pedágio, o servidor homem poderá se aposentar com benefício igual ao salário do último cargo ocupado (a chamada integralidade) e reajuste igual ao da ativa (paridade) quando completar 60 anos de idade, pagando um pedágio de 100% do tempo que faltar para 35 anos de contribuição. (É preciso também ter 20 anos de serviço público e 5 no cargo.) Ou seja, quem já tem 35 anos de contribuição não precisa pagar pedágio, e se aposenta ao completar 60 anos, a mesma idade estabelecida atualmente, segundo advogados previdencialistas ouvidos pela **Folha**. Pela proposta original do governo, o servidor homem teria que esperar até os 65 anos de idade se quisesse receber o benefício mais alto, que pode chegar ao dobro da média de seus salários. A nova regra de pedágio vale também para servidoras mulheres, mas, no caso delas, a idade mínima exigida é de 57 anos, 2 a mais que a regra atual: hoje, elas precisam ter completado 55 anos de idade e 30 de contribuição.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 27/06/2019

Saque do abono salarial do PIS 2018/2019 vai até esta sexta-feira

Os trabalhadores cadastrados no Programa de Integração Social (PIS) têm até sexta-feira (28) para sacar o Abono Salarial do calendário 2018/2019. Os valores vão de R\$ 84 até R\$ 998, de acordo com a quantidade de dias trabalhados durante o ano-base 2017. De acordo com a Caixa, os benefícios, que totalizam R\$ 16,9 bilhões, foram liberados de forma escalonada para 22,5 milhões de beneficiários, conforme o mês de nascimento, e agora estão disponíveis para os nascidos em qualquer mês.

O valor do benefício pode ser consultado no Aplicativo Caixa Trabalhador, no site do banco ou pelo Atendimento Caixa ao Cidadão, pelo telefone: 0800 726 0207. Pode a sacar o abono o trabalhador inscrito no PIS ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) há pelo menos cinco anos e que tenha trabalhado formalmente por pelo menos 30 dias em 2017 com remuneração mensal média de até dois salários mínimos. "Os titulares de conta individual na Caixa com cadastro atualizado e movimentação na conta, podem ter recebido crédito automático antecipado.

Quem possui o Cartão do Cidadão e senha cadastrada pode se dirigir a uma casa lotérica, a um ponto de atendimento Caixa Aqui ou ir aos terminais de autoatendimento da Caixa para receber o abono", informou o banco. Segundo a Caixa, caso o beneficiário não tenha o Cartão do Cidadão ou não tenha recebido automaticamente em conta, ele pode retirar o valor em qualquer agência da Caixa, apresentando o documento oficial de identificação. O trabalhador em empresa pública, com inscrição no Pasep, recebe o pagamento do abono pelo Banco do Brasil.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 27/06/2019

Câmara aprova projeto de Bruno Covas que pode criar supersalários em SP

Os vereadores da Câmara Municipal de São Paulo aprovaram nesta quarta-feira (26) um projeto de lei proposto pela gestão Bruno Covas (PSDB) que promove alterações em indenizações e gratificações pagas a algumas categorias de servidores municipais, dando margem ao pagamento de supersalários por parte da prefeitura, ou seja, vencimentos superiores ao teto municipal, que é o salário do prefeito (R\$ 24 mil).

O projeto foi aprovado com 30 votos favoráveis, 18 negativos e duas abstenções.

Muito criticado por vereadores de base e de oposição, foi apelidado de "bolsa luxo" e "vergonha" ao longo da sessão. Ele segue agora para sanção do prefeito. As alterações nas indenizações e gratificações foram incluídas em versão substitutiva do projeto de lei que passou por segunda votação na Câmara nesta quarta-feira (26). Na primeira votação, em maio, o projeto não tratava das mudanças nesses valores.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 27/06/2019

Vereadores de Peruíbe reajustam salário em 66%

Pelo menos duas câmaras das cidades da Baixada Santista garantiram reajustes para os vencimentos de vereadores na próxima gestão. Aqueles que se elegerem para os mandatos nos legislativos de Peruíbe e Mongaguá a partir de 2021, podem contar com reajustes de 66,3% e 68,5%, respectivamente.

Na sessão de ontem, os vereadores de Peruíbe aprovaram, com nove votos favoráveis, três contra e duas abstenções, que os vencimentos dos próximos colegas serão de R\$ 8.236,83. Hoje, só com os salários dos 15 vereadores, a casa gasta por ano mais de R\$ 973 mil. Em 2021, serão consumidos R\$ 1,4 milhão, sem levar em conta encargos e outros benefícios.

Fonte: Jornal A Tribuna – 27/06/2019